

CONCLUSÃO

Após extensa pesquisa e revisão bibliográfica ficou clara a importância da comunicação no desenvolvimento do ser humano. Através dela expressamos nossos sentimentos, ideias e vontades, criamos vínculos e construímos relações. Logo, está no cerne da humanidade comunicar-se, quando existe alguma especificidade que torna esse processo diferente para determinado indivíduo a Comunicação Alternativa pode minimizar essas barreiras.

Hoje assistimos à chamada 4ª Revolução Industrial, onde os processos produtivos são automatizados e a inteligência artificial têm ocupado cada vez mais espaço no nosso cotidiano. A Comunicação Alternativa também se beneficia dessas novas possibilidades.

Foi possível compreender a importância de itens computacionais, como por exemplo, o aplicativo ABC Autismo consiste em um jogo que aproxima crianças com TEA da alfabetização, garantindo assim, a aproximação das crianças com um item fundamental do processo de comunicação, a leitura e a escrita. Também podemos citar o PictoTEA que é um aplicativo gratuito, projetado para ajudar pessoas que têm Transtorno do Espectro do Autismo, Transtorno Global do Desenvolvimento ou qualquer condição que afeta as habilidades sociais e de comunicação.

Os softwares para construção de pranchas de comunicação também são muito utilizados, o Boardmaker permite que os profissionais que atendem crianças com especificidades comunicativas desenvolvam possibilidades para a comunicação.

Em se tratando da impossibilidade da fala podemos citar os vocalizadores, que verbalizam digitalmente indicações escritas ou sinalizadas, de acordo com a indicação e as habilidades do locutor.

Elencaram-se uma série de aplicativos e softwares desenvolvidos com o intuito de potencializar as habilidades individuais de comunicação, também foi demonstrada a conexão entre estas aplicações e o crescimento das políticas públicas visando o desenvolvimento da pessoa com características especificas. Mesmo em condições diferentes aos demais, a comunicação pode estar ao alcance de todos.

REFERÊNCIAS

AVILA, Barbara Gorziza, et al. Usabilidade em tecnologia assistiva: estudo de caso num sistema de comunicação alternativa para crianças com autismo. Revista Latino-americana de Tecnologia Educativa. v.12. Porto Alegre, 2013.

BERSCH, Rita; SCHIRMER, Carolina R. Tecnologia Assistiva no Processo Educacional. In: BLANCO, Rosa, et al.Ensaios Pedagógicos: Construindo Escolas Inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BERSCH, Rita. Tecnologia Assistiva – TA. In: SCHIRMER, Carolina R., et al.

Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física. São Paulo:

MEC/SEESP, 2007.

BERSCH, Rita; SCHIRMER, Carolina R. Comunicação Aumentativa e Alternativa –

CAA. In: SCHIRMER, Carolina R., et al. Atendimento Educacional Especializado:

Deficiência Física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

COLE, Michael (Org.) et al, A formação social da mente: VYGOTSKI, L. S. 4. Ed.

São Paulo – SP: Livraria Martins Fontes, 1991.

A EXPANSÃO INCLUSIVA DENTRO DO SISTEMA EDUCACIONAL

REGINA CLARA SIMÕES SÉRGIO CABRAL

RESUMO:

A educação deverá ser à base de novos princípios norteadores de uma cultura em respeito à diversidade humana, visando à transformação inclusiva e autônoma de pessoas com deficiência intelectual, com propostas educacionais, e seu potencial para a inclusão decorra pelo adequado desenvolvimento das tecnologias no saber pedagógico e do de

inovações nas formas de ensinar e interagir com os discentes. Iremos ressaltar e refletir nesse artigo a importância do processo de inclusão, no contexto escolar, focando seus objetivos e sua organização, considerando especialmente as diretrizes para a educação especial e as recomendações de organizações nacionais e internacionais para essa modalidade educacional. Neste artigo iremos apresentar a contextualização da pessoa com deficiência intelectual no âmbito escolar e a sua inclusão na sociedade, visando adotar uma educação emancipatória e inclusiva, como a base acadêmica poderá quebrar barreiras eurocêntricas e hegemônicas dentro do âmbito escolar e todos os estereótipos criados a margem de uma sociedade com uma cultura preconceituosa.

Palavras-chave: Educação Infantil; Aprendizagem; Educação; Equidade; Inclusão.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo estima por um padrão de estética corporal, e pessoas mentalmente saudáveis, gerando lucro sem muito gasto. Assim produzindo pessoas eficientes para o mundo do

trabalho, que por sua vez geram lucro em uma minoria elitista.

Definitivamente é preciso ter um olhar diferenciado para a EAD, pois ela além de possuir uma metodologia diferenciada e diversificada por causa das tecnologias, ela também trabalha na questão psíquica e física de cada educando, pois essa modalidade exige mais atenção, concentração e disciplina para que ocorra de forma adequada o processo de aprendizagem.

A forma unilateral de o homem lidar com sua vida, enfraquece a estrutura física e mental e, os medicamentos vão cuidar dos sintomas; sem eliminar a causa. A inclusão fortalece esse caminho, implementando as leis e a segurança da criança que chega seja qual for os diagnósticos. É necessário olhar o indivíduo em sua totalidade, considerando o doente e, não a doença, tentando compreender todo o processo de adoecer, desse desequilíbrio interior (BELISÁRIO JR., 2010).

A inclusão se estabelece por dimensões humanas, sociais e políticas, se expandindo gradualmente na sociedade contemporânea, contribuindo no desenvolvimento das pessoas em geral, ajudando para a

reestruturação de ações inclusivas e sem estereótipos

A inclusão escolar presume que todas as crianças sejam capazes de acompanhar o processo de educação regular independentemente de suas limitações. A inclusão tem como objetivo assegurar a presença do educando com deficiência em sala comum do ensino regular e o desenvolvimento de práticas pedagógicas para a permanência e o êxito escolar desses estudantes.

A efetiva inclusão acontece quando o sistema educacional é capaz de abranger e acolher as diferenças e de trabalhar para a diversidade. Considerar que cada criança tem a sua especificidade e 1 aprende em ritmo diferente e de maneira diferente é o primeiro passo para uma educação que respeite as

diferenças. Uma das propostas da educação voltada a inclusão é garantir um sistema educacional que considere as diferenças de seus educandos respeitando a legislação em vigor.

O sistema de ensino brasileiro tem passado por um período de modificação, onde as novas tecnologias têm transpassado o contexto da globalização. Com essas transformações o sistema educacional precisa estar caminhando na mesma velocidade para que a metodologia não se torne uma prática arcaica.

A tecnologia é uma realidade dentro da sociedade que vem capacitando e facilitando o processo de formação dos sujeitos, pois a Educação a Distância veio para dar novos caminhos para as necessidades dos educandos.

No sistema de Educação a Distância as tecnologias utilizadas dão a possibilidade de diversas maneiras em se aprender e com isso traz o rompimento dos obstáculos de espaço e tempo, tanto para o educando como para o educador, simplificando o processo de ensino e aprendizagem e como consequência gerando a construção de um novo conhecimento por intermédio da democratização ao acesso da informação.

Neste mundo globalizado e sistemático, o preconceito e estereótipo prevalece, mesmo que inconscientemente, ativando mecanismos de defesa frente a algo que se considera uma ameaça. Iremos discutir o que é a deficiência intelectual, seus fatores e causas. Compreender o campo da inclusão do deficiente intelectual discutindo o estudo e os métodos utilizados para tornar mais acessível ao aluno com deficiência intelectual, o acesso à educação integral e concreta.

O preconceito nasce e se desenvolve no processo de socialização, ora todos os seres humanos necessitam socializar, mas uns acabam exercendo certa atitude hostil à outros sujeitos frente à desinformação: “Como tanto o processo de se tornar indivíduo, que envolve a socialização, quanto o do desenvolvimento da cultura têm se dado em função da adaptação à luta pela sobrevivência, o preconceito surge como resposta aos conflitos presentes nessa luta” (CROCHIK, 1996, p.11).

Andrade (2000, p. 55) afirma que: "durante muito tempo as pessoas portadoras de deficiência estiveram em situação de manifesta sujeição, que chegou a criar, até condições de marginalidade. O movimento reivindicatório teve início quando começou seu processo de autovalorização e elas passaram a se reconhecer como integrantes de um grupo" (ANDRADE, 2000, p. 55).

INCLUSÃO DE FATO NOS AMBIENTES

Segundo as leis vigentes, as crianças com deficiência, devem ser matriculadas em escolas regulares a princípio, não em escolas especiais, para que o objetivo de convivência e socialização seja alcançado.

Entende-se que toda forma de educação é válida e indispensável. E, portanto, todo desafio que influencie a prática pedagógica se torna alvo de estudos, pesquisas e teorias no intuito de valorizá-la e aperfeiçoá-la.

1 Segundo Mantoan (2003, p. 26), "a inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós". Cada indivíduo é uma soma de vivências, trajetórias, experiências e conjunturas e as pessoas com deficiência não são diferentes.

Trazem bagagens emocional e racional e as utiliza para traçar novas metas e caminhos. Não se pode ignorar e nem ao menos menosprezá-las, pois devem ser tratadas de forma igualitária, pois este é o principal objetivo da inclusão destas pessoas na escola e na sociedade. A inclusão, sendo assim, começa em nosso dia a dia, quando oferecemos respeito, consideração e o direito delas terem as mesmas oportunidades que todos, não subestimando sua inteligência e nem as vendo como incapazes (MANTOAN, 2003).

Isto posto, incluir estas crianças na escola acaba se tornando uma das principais formas de ações no acolhimento e ampliação destes seres humanos na inserção na sociedade e em sua própria cultura. Mas não se pode confundir e acreditar que a inclusão se faz apenas matriculando estas crianças nas escolas regulares. Inclusão vai muito além disto. Ela é um processo social bastante complexo, onde a sociedade necessita se transformar constantemente e ininterruptamente a fim de sempre contemplar estes indivíduos no total de seus direitos (MANTOAN, 2003).

Para as crianças com deficiência serem inseridas na escola é um grande e constante caminho. Elas querem se sentir parte de algo, querem ouvir seus nomes nas chamadas, querem rir e se divertir com os amigos conquistados. Para estes alunos, estar na escola vai muito além de leis e programas, é conseguir ver e ser visto, principalmente quando se é visto com carinho e acolhimento (MANTOAN, 2003).

E é na escola que a criança com deficiência terá maiores oportunidades e melhores chances de um futuro promissor. É na escola que estas diferenças devem ser tratadas de forma natural por cada indivíduo e de forma como se todos, independentemente de deficiência ou habilidade, fossem especiais de acordo com cada personalidade (MANTOAN, 2003).

A intervenção precoce de uma criança com deficiência fará diferença em seu desenvolvimento futuro. Quanto mais cedo essa criança for inserida na sociedade para convívio com os seus, mais ela terá chances de se desenvolver social e emocionalmente. E estas crianças, por sua vez, se sentem cada vez mais confiantes e tranquilas para se dedicarem a desenvolver suas aptidões (MANTOAN, 2003).

A educação infantil é um ótimo começo na inserção deste aluno na escola. É lá que a criança deverá ser acolhida de forma carinhosa e respeitosa para que tanto ela, como sua família e a própria escola criem laços de confiança e companheirismo em prol do mesmo objetivo. Que fique claro que a inclusão não é só necessária para a criança com deficiência. Para as outras crianças e/ou pessoas da comunidade escolar também é muito importante este desafio, já que é através deste convívio que os preconceitos e obstáculos são sanados:

> As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

A legislação também prevê o oferecimento de profissionais especializados para o acompanhamento destes educandos, mas infelizmente, na prática, nem sempre este profissional está disponível. Na prática cotidiana, a situação é bem mais delicada (BRASIL, 1997).

Para Aranha (2000), as salas no início do Ensino Fundamental são sempre com um maior número de alunos, com diferentes vivências, realidades e contextos sociais. E o professor regente e multidisciplinar deve suprir todas estas necessidades, dando vazão a um processo de ensino aprendizagem que dê resultados positivos e duradouros. E para isso, precisa do auxílio e atenção de outras plataformas que não só sua sala de aula.

A tecnologia assistiva, termo utilizado para identificar os recursos utilizados para as pessoas com deficiência, promovem

e ampliam as habilidades funcionais destas pessoas. São práticas, serviços, recursos e produtos que auxiliam em todo o processo ensino-aprendizagem e definem uma estratégia para o docente seguir. Estes recursos e serviços têm uma infinidade de funcionalidades, pois a variedade e multiplicidade de deficiências são incontáveis, pois, uma criança autista, por exemplo, não terá as mesmas dificuldades que outra criança com o autismo (ARANHA, 2000).

O que mais dificulta o uso das ferramentas da tecnologia assistiva na prática é o receio que muitos professores ainda têm de lidar com novas tecnologias e com a falta de materiais necessários para o processo. Com a falta de capacitação dos docentes, quando estes se deparam com dispositivos ou acessórios, principalmente modernos, se sentem inseguros e incapazes para fazer uso deles e deixam de utilizá-lo, abandonando por vezes, ferramentas que facilitam demais o progresso de aprendizagem da criança (ARANHA, 2000).

Os professores nem sempre tem conhecimentos e/ou cursos preparatórios e/ou nem condições pedagógicas de lidar com estes alunos, mas na situação atual se faz necessária esta experiência e apenas receber este aluno em sua sala de aula não significa que a inclusão está sendo exercida. O conceito de inclusão é muito mais complexo do que apenas matricular este aluno na sala de aula. Conhecer a deficiência da criança, ter ciência de sua história de vida e familiar faz com que o processo de inclusão comece a ser praticado (ARANHA, 2000).

O professor, portanto, deixa de ser a peça central no processo ensino-aprendizagem e é o aluno que através do estímulo de tudo e todos que passa a ser a principal ferramenta para que o processo seja positivo. Através desta compreensão é possível concluir que o educando "não tem que ser incluído, se há inclusão escolar, ele pertence naturalmente à escola" (ARANHA, 2000, p. 8).

No início, quando o professor recebe uma criança com deficiência, um dos primeiros sintomas é se sentir temeroso e inseguro, acreditando até que deve realizar algum curso de especialização ou

1 capacitação, o que na realidade não seria ineficaz, mas não é o principal passo. Conversas com a família, com a escola anterior, com o professor do ano anterior e se possível com a própria criança serão muito mais definitivos na elaboração do seu planejamento e da sua metodologia. Levar em consideração a criança, primeiramente como ser humano do que apenas mais uma matrícula é o que fará a diferença ao final do ano letivo (ARANHA, 2000):

Já para Piaget (1984): /"A preparação dos professores constitui uma questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for à mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizada" (PIAGET, 1984, p. 62).

Já para Piaget (1984): /"A preparação dos professores constitui uma questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for à mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizada" (PIAGET, 1984, p. 62).

Nesta concepção, é possível, o professor deve procurar se reciclar com cursos, palestras e documentários, além de ouvir as experiências de seus colegas que tiveram em sala de aula situações parecidas, para que a preparação de seu planejamento se torne mais efetiva e mais adequada aos alunos de inclusão que possam vir a ser matriculados em sua sala de aula. Como já foi dito, o número de crianças com deficiência matriculadas em escolas regulares aumenta ano a ano e o professor deve estar preparado para esta situação ou até mesmo para auxiliar um colega neste caminho, já que independentemente de o aluno ser da sua sala, este aluno faz parte da comunidade escolar e todos devem estar aptos e disponíveis da melhor forma possível para estes atendimentos (PIAGET, 1984).

O professor deve planejar e realizar seu trabalho dando oportunidade igual para todos, o que quer dizer, que deve adaptar sua metodologia e sua didática de acordo com a necessidade e capacidade de cada aluno independentemente de ter deficiência ou não. O professor deve ser criativo, sair de sua zona de conforto e tentar atender ao máximo todos os seus alunos com o maior sucesso possível. Sabe-se que a inclusão é um desafio ao professor, já que em sua maioria, não tem preparação para tal, mas adquirir mais experiência e maiores conhecimentos faz parte de seu cotidiano existindo ou não a inclusão em sua sala de aula (PIAGET, 1984).

O sistema educacional deveria proporcionar a este professor estas ferramentas, mas o docente, geralmente, é o maior responsável por sua própria capacitação. Em algumas escolas públicas existem as Salas de Recursos Multifuncionais, onde um professor especialista atende os alunos e/ou crianças daquela região da unidade, mesmo não sendo matriculados naquela determinada escola (PIAGET, 1984).

Os alunos são atendidos no contraturno do seu horário regular de aula e tem a sua disposição melhores e mais adequados materiais e ferramentas de ensino para sua condição. Ou seja, quanto mais recursos e práticas a unidade escolar oferecer, maiores serão as conquistas destes alunos, pois suas

limitações estarão sempre em segun-

do plano. De acordo com relatórios escolares e relatos de familiares,

1 estas salas especiais auxiliam muito os alunos em seu dia a dia e ajudam também o professor da sala regular, pois a troca de informação entre estes docentes, além de trazer novas visões a ambos, faz com que a comunidade escolar consiga entender melhores formas de lidar com este aluno (PIAGET, 1984)

É claro que não podemos exigir que o docente realize todo o trabalho sozinho e apenas dentro da sala de aula. O envolvimento de gestores, outros docentes, funcionários, os outros alunos e a família da criança tem que ser imprescindíveis na adaptação destes indivíduos dentro da escola. Inclusive nas aulas fora da sala, na quadra da escola, em aulas de educação física, por exemplo, onde a coordenação motora, companheirismo, sentimento de equipe são só alguns dos benefícios dessa convivência. E se a equipe escolar estiver focada e empenhada, as deficiências serão apenas um detalhe nas pequenas e grandiosas conquistas diárias destes seres humanos (PIAGET, 1984).

Os gestores escolares devem proporcionar, da melhor forma possível, além do acesso, condições para que este aluno se torne parte integrante do contexto educacional. Estes devem desenvolver ações para que este aluno seja inserido na comunidade escolar sem individualismos ou protecionismos; devem estimular, através de atividades, a socialização do aluno e sua família; devem demonstrar a importância da participação da família na vida desta criança e facilitar o reconhecimento da criança com ela mesma, estimulando sua autoconfiança e sua cumplicidade (PIAGET, 1984).

Como já dito, o papel de uma equipe multiprofissional, com especialistas, se torna essencial para o crescimento, de forma geral, do indivíduo na escola. Sabe-se que na prática, nem sempre está equipe está à disposição, mas legalmente, as crianças com deficiência têm este direito. Geralmente, os responsáveis destas crianças precisam se deslocar para longe de suas residências para que estas crianças tenham este tipo de acesso, já que nas unidades escolares nem sempre o encontramos (PIAGET, 1984).

Já o sistema educacional deve oferecer a este docente, condições e materiais disponíveis para exercer este trabalho com autonomia e qualidade, atingindo o objetivo maior da educação para todos, que é a equidade de ensino. Na prática, sabe-se que não é o que acontece, mas cabe a escola como um todo, com sua gestão, coordenação e comunidade escolar, dar total apoio e facilitar este suporte ao docente envolvido:

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, p. 55).

EQUIDADE E O OLHAR INCLUSIVO

De acordo com Mendes (2006) a história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, centrada no aspecto pedagógico, em uma sociedade onde a educação era direito de poucos. Foram

médicos e pedagogos que desafiaram os conceitos vigentes na época, e começaram a acreditar na

1 possibilidade educacional de indivíduos até então considerados ineducáveis, desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles os próprios professores.

Ainda conforme a autora poucas eram as experiências inovadoras desde o século XVI, o cuidado foi puramente no sentido de proteger e a institucionalização foi a principal resposta social para tratamento dos considerados desviantes. Sendo está uma fase de isolamento, justificada pela crença de que pessoas diferentes seriam mais bem cuidadas e protegidas se confinadas, também para proteger a sociedade dos “anormais”.

As escolas enfrentam grandes desafios para efetivar as políticas públicas que sejam capazes de oferecer uma educação inclusiva e equitativa de qualidade aos seus alunos, além de constituir uma variedade de valores e interesses que devem ser considerados nas expectativas de aprendizagem apresentando conceitos que lhe sejam próprios e que tragam informações que possam contribuam para a

construção de conhecimentos, dentro e fora do ambiente escolar:

O conceito de inclusão, apesar de estar profundamente vinculado as deficiências das crianças, ampliou-se nos debates e nas políticas educacionais. A concepção de diversidade e singularidade das pessoas mostra que cada bebê e cada criança devem ser vistos como uma pessoa diferente das demais, com interesses e necessidades próprias e que precisa de uma intervenção pedagógica construída a partir das suas características e de seu grupo de colegas. Se uma Unidade Escolar consegue incorporar em suas práticas o respeito à alteridade humana, certamente conseguirá atender as necessidades de todos os bebês e crianças (SÃO PAULO, 2019, p. 33).

O processo inclusivo e o respeito a diversidade abarca as dificuldades encontradas para inserir as pessoas com deficiência ou com algum problema de aprendizagem, na medida em que a escola se preocupa com as diferenças individuais e coletivas passa a estabelecer ações com práticas pedagógicas voltadas para a inclusão, na intenção de mobilizar seus educadores com base no compromisso com a aprendizagem, o ensino e com a transformação social (SÃO PAULO, 2019).]

Cada criança, com deficiência ou não, tem seu próprio tempo de aprendizagem, quando aplicamos ações que tratem da diversidade seguramente seremos capazes de abordar o processo de ensino e aprendizagem inclusivos, contribuindo para uma educação cada vez mais efetiva em todos os níveis de ensino e escolarização. Todos os sujeitos precisam ter suas características individuais consideradas e respeitadas e devem alcançar os níveis mais elevados de ensino, com uma formação voltada para a cidadania e atuação crítica na sociedade (SÃO PAULO, 2019):

[...] a inclusão para ser efetivada precisa necessariamente alterar praticamente todo o contexto escolar, visando "desconstruir" formalmente certas práticas segregacionistas, o que passa a significar a inclusão de fato, além de ser um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais visto que, não só se é o fato de adequar, mas de poder transformar a realidade das práticas educacionais existentes também no âmbito escolar (FIGUEIREDO, 2002, p. 68).

Ainda com base nas ideias da autora a escola inclusiva deve promover uma educação de qualidade em um ambiente acolhedor que efetiva as ações coletivamente com a equipe, alunos e família, ações que sejam capazes de dar melhores condições aos educandos combatendo situações discriminatórias, construindo uma escola inclusiva com o interesse na permanência e acesso dos alunos à escola, além de proporcionar práticas pedagógicas educacionais coletivas que se torne flexível e dinâmica atendendo as novas realidades educacionais (FIGUEIREDO, 2002).

Transformar a escola em um espaço totalmente inclusivo significa respeitar as diferenças além é claro de contribuir para que todos os alunos cresçam aprendendo valores e continuamente aprendam novos conhecimentos de acordo com cada realidade social, haja vista que o mais importante papel da escola é de constituir um múltiplo espaço de relações sociais, apta a realizar a formação dos seus indivíduos:

A amizade das crianças proporciona interações que impulsionam o desenvolvimento. Percebemos que a socialização contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento por meio de interações, tornando a escola um ambiente de extrema importância para a criança com deficiência. A potência criativa e o protagonismo são possíveis quando transformamos nossas crenças, quando damos vez e escutamos a voz das crianças nos territórios, acreditando que novas culturas infantis produzirão novas culturas adultas – culturas essas mais justas e humanas para uma sociedade que ainda não existe (SÃO PAULO, 2019, p. 54).

É preciso dividir as responsabilidades que cada um tem nesse perfil da inclusão e da garantia de equidade, a escola é só uma entre tantas outras organizações que podem e devem oferecer a inclusão, evitando práticas excludentes. Para tanto é preciso compreender cada criança ou aluno em sua singularidade, e para isso, se faz necessário realizar uma reflexão sobre a nossa prática docente e buscar apoio da família ou responsável para que também possa nos auxiliar no processo de ensino e aprendizagem (SÃO PAULO, 2019).

As mudanças pedagógicas e estruturais devem ocorrer para transpor as barreiras e contribuir na busca pela igualdade, equidade e padrão de qualidade do ensino, seja ele público ou privado, desde a infância, construindo práticas inclusivas, se adequando as dificuldades presentes e criando espaços de aprendizagem que considerem as diferenças e contribuam para que a criança com deficiência aprenda:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas por parte da escola (MITTLER, 2003, p.25).

Para o autor (2003), é extremamente comum nos depararmos com alguns padrões de normalidade impostos pela sociedade, no entanto, o espaço escolar é composto pela diversidade e pela diferença. A dificuldade de superar a visão padronizada do normal está fundamentada nas concepções de qualidade e as instituições escolares pecam em reproduzir uma visão de sociedade padrão, classificando seus estudantes em mais inteligentes e menos inteligentes. A escola deve considerar uma prática inclusiva efetivando oportunidades educacionais de qualidade para todos, cumprindo o seu papel social.

1 O movimento de luta e busca pela efetiva inclusão desencadeou discussões fundamentais sobre as garantias de qualidade do ensino ofertada nas escolas, não só para as pessoas com deficiência mas para todos os estudantes. As práticas e ações devem propiciem o desenvolvimento integral e a aprendizagem significativa, contribuindo para o aumento das expectativas de aprendizagem desta clientela e para a não exclusão no contexto social e escolar (MITTLER, 2003).

AMBIENTE EDUCACIONAL COM EQUIDADE

Tirar conclusões sobre o que é melhor para os alunos com alguma deficiência não é fácil. Para se avaliar sobre a integração é necessário definir os objetivos que se pretendem ao incorporar alunos com deficiência intelectual na escola regular. Sendo necessário ter o conhecimento geral da legislação, da política educacional que se aplica e é preciso conhecer os objetivos específicos da escola de integração.

Vygotsky (2008) nos ensina a observar o deficiente mental como alguém diferente (pois não se nega à diferença, a deficiência), a criança com deficiência mental desenvolve processos diferenciados para poder seguir no seu desenvolvimento cognitivo, não importando o caminho seguido, mas, sim o resultado alcançado.

O mais importante é como a escola pode ajudar na inclusão de pessoas com deficiência, neste caso enfatizando pessoas com DI na busca de uma sociedade que respeite a pluralidade e diversidade humana.

Visto este conceito, temos que a base estrutural da inteligência humana é o pensamento formal, isto é, a capacidade de desenvolver uma operação mental que permite aproveitar os conhecimentos adquiridos da vida social e cultural, combiná-los logicamente e alcançar uma nova forma de conhecimento (BALLONE, 2015).

A rotina escolar tem demonstrado que o processo de inclusão pode ser favorecido quando existe a preparação e a dedicação dos profissionais; o apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo (CARVALHO, 1999).

A prática da educação inclusiva faz com que as escolas necessitem de mudanças profundas. É necessário ter consciência dos problemas que existem, é necessário avaliar os resultados e analisar a transição dos alunos com necessidades educativas especiais da escola para a vida adulta.

A inclusão é formadora e estimuladora de professores e alunos no setor educacional, a mesma faz a escola crescer e ensinar, fortalece a relação aluno e professor, e aguça o respeito e equidade. Todo esse componente necessita ser trabalhado em etapas, em formações constantes de professores e alunos, enriquecendo os conteúdos na teoria e prática, sempre lembrando o dever que cada escola tem de propiciar um currículo inovador, vivo e integrador.

Somente assim poderemos efetivar ações que garantam o pleno acesso dessa parcela da população aos recursos sócio educacionais disponíveis. O acesso a recursos educacionais não é apenas um direito do cidadão com deficiência, mas também uma das vias que pode garantir o exercício de sua

cidadania e a apropriação da mesma.

1 Refletir sobre a integração da pessoa com deficiência mental implica necessariamente repensar o sentido atribuído à educação. Implica, portanto, atualizar nossas concepções e dar um novo significado aos propósitos educacionais, compreendendo a complexidade e a amplitude que envolve o processo de construção de cada indivíduo, seja ou não deficiente (BRASIL, 1998, p. 96).

A escola precisa atender da melhor maneira possível essas crianças, adequando tudo, para que a experiência inclusiva contribua para uma educação de maior qualidade. A escola que acolhe as crianças com deficiência precisa de adaptações, mas isso gera um crescimento enorme, tanto para as pessoas que tratam com essas crianças, quanto para elas, que acabam aumentando seus horizontes. Em relação à

educação especial, o artigo 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 especifica que:

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL-MEC/SEESP, 2001, p. 1).

A diversidade humana deve ser valorizada e respeitada em todos os setores da sociedade, principalmente no setor educacional, onde o respeito entre os alunos deve ser base para o desenvolvimento escolar. Daí a importância do papel da escola em definir atividades e procedimentos de relações, que envolvam alunos, funcionários, corpo docente e gestores, para que possibilite espaços inclusivos, de acessibilidade, para que todos possam fazer parte de um todo, isto é, que as atividades extraclasses nunca deixam de atender os alunos com necessidades especiais.

Conforme Mader (1997) é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva. De acordo com o artigo 4º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, a educação especial considera as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pauta em princípios éticos, políticos e esté-

ticos de modo a assegurar: I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos (BRASIL- MEC/SEESP, 2001, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 A escola deve ser capaz de criar espaços inclusivos para que todos os alunos possam aprender independentemente de qualquer diferença, buscando uma escola de qualidade para todos. As ações educativas devem ser pautadas no objetivo de proporcionar ao educando com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, iguais oportunidades para a garantia do acesso e permanência na escola.

Considerando os aspectos históricos no contexto educacional atual, em meio às profundas transformações da sociedade, em seus aspectos sociais, educacionais e culturais, como também das políticas públicas é preciso destacar que a educação inclusiva se confirma com maior importância, constituindo-se em um movimento de grandeza mundial fundamentado nas legislações e que tem por objetivo diminuir e combater a exclusão efetivando as práticas inclusivas com a garantia dos direitos a igualdade de oportunidades e ao respeito as diferenças.

A instituição escolar tem como dever cumprir e desenvolver a sua função social, deve trabalhar no sentido de difundir as práticas de respeito e tolerância as diferenças, sejam elas de qualquer espécie, e promover a conscientização para a formação de alunos para a diversidade, desenvolvendo ações de maneira democrática e construído uma cultura escolar pautada em tais princípios.

A escola é o espaço responsável pela promoção da equidade, oportunizando a todos, de acordo com as suas especificidades, as oportunidades para que tenhamos o mesmo patamar, assim, incluir a todos integralmente, numa relação indissociável entre a educação intencional na promoção do integral desenvolvimento do estudante. Cabe a todos os envolvidos neste processo de aprendizagem considerar as especificidades de seus estudantes, e avaliá-los buscando as competências curriculares na forma particular respeitando as suas singularidades.

De acordo com o levantamento referencial realizado neste estudo, percebemos que a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente educacional tem se desenvolvido de forma gradual, ampliando a aprendizagem. Como mediador desse desenvolvimento pode destacar a utilização das atividades dinâmicas que têm contribuído para o desenvolvimento desses educandos no ambiente escolar.

Dado o exposto; conclui-se que a inclusão inova e humaniza o âmbito escolar, preparando todos os alunos para a sociedade, ampliando todas as potencialidades dos alunos com deficiência intelectual, que não devem sofrer com as barreiras estruturais e atitudinais, quebrando paradigmas de uma sociedade eurocêntrica e hegemônica, não há dúvida que um conjunto de docentes comprometidos torna possível o ensino inclusivo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica - Temas em psicologia. São Paulo: Memnon, 1979.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Morais Ramos. Psicologia na educação. 2. ed. São Paulo:Cortez, 1994.

ELIAS, Maria Auxiliadora. Violência escolar: caminhos para compreender e enfrentar o problema. São Paulo: Ática Educadores, 2011.

FANTE, Cléo. BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR. Disponível em. Acesso em 26 de maio de 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GARCIA, J.N. Manual de dificuldades de aprendizagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LOPES NETO, Aramis Antonio. Bullying: saber identificar e como prevenir. São Paulo: Brasiliense, 2011.

MELO, L. L; VALLE, M. O Brinquedo e o brincar no desenvolvimento infantil. Psicologia Argumento.

USP, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. Escola inclusiva e as necessidades educacionais especiais. OLIVEIRA, D. E. M. B.; ROCHA, M. S.; FIGUEIROL, M. M. T. Ressignificando o contexto escolar para a construção de alternativas que atendam a alunos com dificuldades de aprendizagem. In:

MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). Inclusão. Londrina, PR: EDUEL, 2003.